



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2013

# Promotor denuncia grupo de extermínio no sertão

## Justiçeiros agem em Poço Verde e mantêm, até, "lista de condenados"

Paulo Rolemberg  
DA EQUIPE JC

A inoperância da Segurança Pública fez surgir um "grupo de extermínio" responsável pela execução de pessoas, supostamente envolvidas com a criminalidade na cidade de Poço Verde, localizada no sertão sergipano, distante 145 quilômetros da capital. A afirmação é do promotor de Justiça da comarca, Lúcio José Cardoso, responsável pela elaboração de um relatório intitulado "Surgimento de Grupo de Extermínio no município de Poço Verde". A Promotoria apontou ainda a existência de uma lista de "condenados à morte" e o assassinato, nos últimos cinco meses, de 14 pessoas, entre elas adolescentes.

Segundo o promotor, o surgimento do grupo de extermínio deve-se à constante escassez de policiamento ostensivo e repressivo, aliado à ineficiência do trabalho investigativo. Essa junção de fatores fez com que aumentasse os índices de criminalidade em Poço Verde, ao ponto de existir cobrança de pedágio e toque de recolher em algumas localidades dominadas pelo tráfico de drogas.

Para o promotor, a ousadia dos marginais tem sido tamanha ao ponto de existir uma lista, sempre atualizada, das

pessoas condenadas à morte. Os nomes das possíveis vítimas foram divulgados em redes sociais, afixada em escolas e em residências da cidade. Lúcio José atribuiu dois crimes ao grupo de extermínio. Um deles foi o do adolescente Jeferson Nascimento Santana, 17 anos, que na manhã do dia 15 de novembro do ano passado estava sendo transportado, dentro de uma ambulância do Samu, após ser ferido no pé, e acabou sendo "arrancado" do veículo por quatro homens e em seguida executado a tiros. Na lista divulgada existia o nome "Geferson".

Outro crime atribuído ao possível grupo foi o de um rapaz que prestava serviço no hospital local e foi sequestrado por um grupo de homens armados, que o levou da unidade de saúde e cujo corpo foi encontrado em uma cidade baiana. A ousadia foi tamanha ao ponto de os elementos retornarem à unidade hospitalar e levarem as câmeras e imagens do circuito do circuito interno de TV.

De acordo com o promotor, por causa dos crimes ocorridos, foi requisitado à delegacia local informações sobre os procedimentos instaurados para apurar as mortes decorrentes das ações do grupo de extermínio, porém teria obtido como res-

posta que foram instaurados "alguns" inquéritos policiais, mas o então delegado alegou que não possuía as condições necessárias para desenvolver as investigações.

O promotor disse que a cidade de Poço Verde é um importante centro de distribuição de drogas para a região sul do Estado, principalmente para cidades como Simão Dias e Lagarto, e até mesmo Aracaju, além de ser rota do tráfico interestadual de entorpecentes.

### Ação civil pública

Lúcio José frisou que a cidade de Poço Verde deveria ter uma atenção especial já que faz limites com oito municípios, entre eles seis baianos. "É inegável o intercâmbio de marginalidade que se verifica entre os dois Estados", apontou. O promotor lembrou que recebeu diversas reclamações da população local e resolveu instaurar um Procedimento Administrativo de Inquérito Civil Público e através de audiências públicas foram apontadas a necessidade de estruturação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) para possibilitar a efetiva instalação da Polícia Militar, já que não havia alojamento, nem condições de acondicionamento de armamentos e munições.

Além disso, a elaboração de

planos de operações específicas entre as polícias civil e militar, com reforço no sábado, dia da feira livre na cidade, e nos dias de pagamento dos aposentados. Houve ainda a sugestão da criação de uma polícia de "fronteira". O promotor lamentou que as propostas lançadas não lograssem êxito esperado e os índices de violência e criminalidade cresceram na cidade.

Para ele, a inércia da segurança pública o levou a ajuizar uma Ação Civil Pública objetivando a elaboração e efetivação de um Plano de Política Social de Segurança Pública para que o Governo do Estado e implementação do plano no período de 60 dias com as seguintes determinações: efetiva instalação da 4ª Companhia da Polícia Militar, com um efetivo de 117 homens e quatro viaturas de porte médio, além de armamentos e equipamentos necessários; ações contínuas de patrulhamento ostensivo nas áreas urbana e rural; blitz nos pontos críticos da cidade; criação de barreira de trânsito para averiguação de entrada e saída de veículos; manutenção de um delegado, um escrivão e seis agentes, especificamente para o município; como também reaparelhamento das duas polícias. Segundo o promotor, a PM não dispõe de uma viatura.

## Pedidos para ampliar segurança foram negados

O promotor disse que solicitou à Justiça em Poço Verde a antecipação de tutela para que o Governo do Estado antecipasse, de forma suplementar, as outras solicitações, seis investigadores da Polícia Civil à disposição exclusiva da Delegacia local e 45 policiais militares. O pedido foi aceito pelo judiciário no município, por decisão liminar, mas, em seguida, uma frustração para o promotor, o Tribunal de Justiça cassou a liminar. "O que parecia ser uma luz de esperança e renovação para a população de Poço Verde, veio a se tornar mais uma grande frustração, já que mal se comemorava a vitória o Tribunal de Justiça, rapidamente, cassou a decisão do juiz de 1º Grau", reclamou.

Lúcio José também criticou

a atuação da Procuradoria Geral de Justiça, órgão no qual é ligado, que não apelou sobre a decisão do TJ. "Infelizmente, a Procuradoria Geral de Justiça entendeu por bem não recorrer da mencionada cassação e a situação de insegurança pública continuou a reinar em Poço Verde", frisou.

"Como consequência, os Justiceiros' continuam atuando sem que sejam incomodados ou investigados pelos órgãos de Segurança Pública do Estado de Sergipe, rasgando a Constituição Federal, instituindo a pena de morte e fazendo desmoronar o Estado Democrático de Direito", finalizou.

### SSP

O coordenador da Polícia Civil do Interior (Copci),

delegado Everton Santos, confirmou a existência da lista, porém ainda não quis atribuir os assassinatos a um possível grupo de extermínio. Segundo ele, investigações preliminares são que os crimes tenham ligações com o tráfico de drogas na cidade. "Foram seis pessoas assassinadas que tinham o nome na lista, mas a lista foi distribuída após ocorrerem essas mortes", explicou.

Everton disse que divisões especializadas da Polícia Civil estão realizando investigações para saber quem são os autores dos homicídios. "Não posso afirmar se tem ligações com a tal lista ou o grupo de extermínio", salientou.

Sobre as ponderações feitas pelo promotor de Justiça, Lúcio José, sobre a inércia da

segurança pública em Poço Verde, a assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que uma força tarefa tem sido realizada para coibir a criminalidade no município.

Quanto à estruturação do CISP, a informação é que já existe verba garantida para construção de um prédio maior, como ocorreu em outras cidades sergipanas, que abrigará no mesmo espaço as polícias civil e militar. Sobre a falta de efetivo, a SSP informou que tem consciência das dificuldades, no entanto a Secretaria da Casa Civil acenou com a realização do concurso público, até o final deste ano, para as polícias com perspectiva de 600 vagas para militar e que essas serão destinadas ao interior do Estado.